

**Ata da Reunião Ordinária do CERMA/PR – 25/10/2018**

No vigésimo quinto dia do mês de outubro de dois mil e dezoito, às 8h30, no Palácio das Araucárias – Rua Jacy Loureiro de Campo s/n, Mini Auditório, nesta capital, foi realizada a Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR. Fizeram-se presentes, conforme convocação prévia: **Titulares Governamentais: Fátima Ikiko Yokohama** (SEJU), **Lucimar Godoy** (SESA), **Célia Baptista** (Casa Civil), **Marcia Leonora Dudeque** (SEED), **Thiago Pereira Lima** (SESP), **Vladimir Luis de Oliveira** (SESP) e **Paulo Henrique Mariano** (SETI). **Suplentes Governamentais: Marcela Nadini Benatto** (SEDS). **Titulares Sociedade Civil: Andressa Gongora Barboza** (ARAS/Cáritas Maringá), **Deusa Rodrigue Favero** (Cáritas Arquidiocesana de Londrina), **Luis Epinel Vargas** (Pastoral Migratória Arquidiocesana de Curitiba), **Ana Sofia Guerra** (Conselho Regional de Psicologia do Paraná) e **Elizete Sant’Anna de Oliveira** (Serviço Pastoral dos Migrantes – SPM). **Suplentes da Sociedade Civil: Cesar Rosário Fernandes** (Conselho Regional de Psicologia do Paraná), **Audrey Merlin Leonardi de Aguiar** (Movimento dos Haitianos de Pato Branco – MHAPA) e **Sara O. Cantie** (Pastoral do Migrante). **Colaboradores (as) e Convidados(as): Tatyana Friedrich** (UFPR – Cátedra Sérgio Vieira de Mello), **Laís Silva Santos** (SEJU), **Mariana Levoratto** (Defensoria Pública do Paraná – DPPR), **Isabella Louise Traub** (estagiária Ministério Público do Estado do Paraná – MPPR), **Gabriela Teixeira** (estagiária do Conselho Regional de Psicologia do Paraná – CRPPR), **Victor Hugo A. dos Santos** (estagiário do MPPR), **Emerson Handa** (Cáritas Regional Paraná/Casa Latino-Americana - CASLA), **Roselene Sonda** (assessora do CAOPDH/MPPR), **Maria Teresa Rosa** (SEJU/DEDICH/CEIM), **João Guilherme** (Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP/PR).

**1. Abertura – Período da Manhã – Reunião das Comissões:** Cumprimentando os presentes, a Presidente Célia deu início a reunião apresentando os pontos que serão tratados no período da manhã e da tarde, destacando o relato da reunião descentralizada ocorrida no dia 29 de setembro, no município de Pato Branco, no período da tarde. A explicação da realização da videoconferência pela Conselheira Lucimar, os relatos da interiorização dos venezuelanos, a ser realizado pela Diretora Regina Bley (SEJU), e a presença da equipe da Polícia Federal com a finalidade de sanar dúvidas e realizar esclarecimentos.

**2. Aprovação da pauta:** Sem alterações a serem realizadas, a pauta foi aprovada. **3. Aprovação da Ata:** A ata foi aprovada. **4. Apresentação do trabalho das Comissões para aprovação:** A Presidente Célia realizou a apresentação da Conferência, colocando seu caráter temático e transferiu a fala a respeito da organização dos trabalhos à Conselheira Fátima. A Conselheira Fátima esclareceu os motivos da realização da Conferência temática, tendo como principais objetivos a necessidade de realizar a eleição da nova gestão e a apresentação do relatório de avaliação do Plano Estadual para Migrantes, Refugiados e Apátridas. Em seguida, apresentou a reanálise do Plano Estadual de Políticas para Promoção e Defesa dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná realizado pela Comissão de Monitoramento, no dia 23 de outubro, com a presença das Conselheiras Marcia Dudeque e Ana Sofia

Guerra. Justificou a reanálise pelo fato de que o relatório final do Plano será apresentado na Conferência, visto que ocorreram mudanças no cenário social no intervalo entre a criação do plano e o cenário atual. Considerando que o plano teve vigência entre os anos de 2014 e 2016, observou-se que deveriam constar no relatório apenas as ações realizadas neste período e aquelas não foram finalizadas. Fátima, continuou citando que esta ressalva é necessária devido ao fato de que novas proposições serão discutidas e aprovadas durante o período da manhã na Conferência e lembrou que ao longo da tarde ocorrerá a eleição da nova gestão do Conselho, sendo as novas instituições eleitas as responsáveis por indicar os novos titulares e os novos suplentes. Após as eleições e indicações, será encaminhado um ofício a todos os novos Secretários de Estado, com o pedido de ratificação das indicações dos Conselheiros em exercício ou indicações de novos representantes governamentais. Estabelecidos todos os representantes, Marcia Azeredo ficará responsável por preparar toda a documentação a ser encaminhada à Casa Civil do Estado para que seja emitido o decreto de nomeação dos Conselheiros, assinado pelo governador, para então ocorrer a primeira Reunião Ordinária do CERMA com a nova gestão, a qual elegerá a nova mesa diretiva. Também, lembrou que foi estabelecido pelo Conselho, que na primeira gestão, a presidência do CERMA ficaria a cargo de um representante governamental e que a vice-presidência seria exercida por um representante da Sociedade Civil. Na próxima gestão, deliberou-se que o presidente pertencerá à Sociedade Civil e que o vice-presidente será escolhido dentre os membros governamentais. Em seguida, ao ser questionada pela Conselheira Elizete, Fátima ressaltou que pelo regimento anteriormente aprovado, o presidente a ser eleito será responsável pela escolha do novo Secretário Geral do Conselho. A Conselheira Elizete reiterou que, com a nova gestão do Governo do Estado que se inicia, poderá haver reestruturação de Secretarias de Estado e o número de conselheiros governamentais pode se alterar, obrigando o conselho a reestabelecer a paridade nas representações. A Conselheira Fátima ponderou que há um número específico de membros para a Sociedade Civil e que, caso haja junção de Secretarias, a SEJU deverá buscar outras Secretarias passíveis de participarem do Conselho, com o objetivo de não prejudicar a Sociedade Civil que será eleita no final deste ano. Também, informou que o protocolo da Conferência está na Procuradoria-Geral do Paraná (PGE) aguardando parecer final, para então abrir-se a licitação. Ainda, iniciou a apresentação da Resolução CERMA nº 001 que estabeleceu o edital de eleição, apontando as modificações que deverão ser feitas no documento, a fim de atualizar os nomes inseridos, as competências e a organização da Comissão Organizadora e Eleitoral. A Coordenadora da Política no DEDIHC, Lais Silva Santos, informou sobre o conteúdo e prazos a serem seguidos conforme o Edital de Convocação nº 001/2018, sendo o mesmo publicado no dia 8 de novembro. Foi marcada a reunião dos membros da Comissão Eleitoral para o dia 12 de novembro para estudo das normas do edital. Em consenso, foi estabelecido que as datas para realização das reuniões prévias de organização, tanto da Comissão Organizadora quanto da Eleitoral, serão decididas posteriormente, por meio de grupos de comunicação

71 por redes sociais. A Conselheira Fátima reforçou, através do primeiro parágrafo do Artigo Nº 22 do  
72 Regimento Interno do Conselho, que os Conselheiros titulares poderão votar e serem votados para um  
73 mandato de três anos e também destacou a necessidade de uma maior divulgação da Conferência e das  
74 eleições, com foco nos municípios com maior número de migrantes, sendo então 110 vagas a serem  
75 preenchidas: 66 da Sociedade Civil, 44 do Poder Público e 10 observadores, cujas atribuições serão  
76 discutidas na reunião organizadora. A Conselheira Elizete sugeriu o envio de uma carta aos Conselheiros  
77 ausentes onde constassem as informações discutidas na reunião. Fátima reafirmou o compromisso da  
78 SEJU em organizar a documentação necessária para as reuniões. Ainda, informou que o Conselho  
79 Permanente de Direitos Humanos – COPED, encaminhou a todos os Conselhos de Direitos uma consulta  
80 para acompanhamento do Plano Estadual de Direitos Humanos, juntamente com sugestões recolhidas  
81 em consulta pública, a fim de o CERMA realizar uma análise do texto e emitir um parecer e sugestões.  
82 Em seguida, formulou como poderia ser realizada esta análise, sugerindo o envio para a SEJU, levando  
83 em consideração a política migratória, para então encaminharem novamente ao COPED as sugestões  
84 existentes e aquelas a serem verificadas. A Presidente Célia sugeriu que fosse feita a leitura do Plano, e  
85 posteriormente a deliberação do que está dentro da alçada do CERMA. A Conselheira Elizete  
86 recomendou o envio por e-mail aos Conselheiros, deixando um responsável para receber as respostas e  
87 estipular a data limite para o envio destas, que foi definida pelo Conselho como sendo dia 30 de outubro.  
88 Fátima informou que as datas das reuniões das Comissões foram definidas para o dia 1º de novembro  
89 para a Comissão Organizadora e dia 12 de novembro para a Comissão Eleitoral, ficando somente a  
90 confirmar os locais das reuniões. **5. Informes: 5.1. Relato da reunião descentralizada em Pato**  
91 **Branco:** A Conselheira Audrey, suplente da professora Maria de Lourdes Bernatt, iniciou a reunião no  
92 período da tarde fazendo a leitura do relato redigido pela Conselheira Maria sobre a reunião  
93 descentralizada de Pato Branco, ocorrida no dia 29 de setembro, com a participação de 75 pessoas,  
94 sendo 41 migrantes (40 haitianos e 1 venezuelano). Foram relatadas as instituições participantes, a  
95 composição da mesa diretiva, a metodologia de participação do público, as ações de atendimento dos  
96 núcleos e os relatos de professores, estudantes e dos migrantes. Destacou a grande participação da  
97 sociedade civil, as sugestões e apontamentos feitos, realizou a leitura da Carta de Pato Branco. Fátima  
98 informou que a carta foi encaminhada para cada Secretaria Municipal com uma observação no ofício  
99 solicitando que as Secretarias Municipais ou as instituições remetessem as informações, conforme o  
100 tratamento realizado em relação à carta, e encaminhassem uma devolutiva ao CERMA. A seguir,  
101 comunicou sobre o projeto de lei nº 561/16, que está em trâmite na ALEP, referente a isenção da taxa de  
102 revalidação de diplomas para os refugiados no Paraná. Após tramitação nas Comissões, será proposta a  
103 inserção do público migrante e apátridas como beneficiárias também desta lei. **5.2. Apresentação da**  
104 **programação de videoconferência (29/10/2018 – SESA):** A Conselheira Lucimar apresentou o edital da  
105 videoconferência, que já foi aprovada pela mesa diretora, justificou os itens e temas escolhidos (o cenário



**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU**  
**DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC**  
**Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR**

13  
14  
15

106 atual dos imigrantes e também das crianças dentro deste contexto), propostos pela Conselheira Regina.  
 107 A colaboradora Maria Teresa, juntamente com o convidado João Guilherme, concordou e reforçou a  
 108 importância da discussão desses temas. O Conselheiro Luis Espinel reforçou a questão da importância  
 109 da interação inicial com os imigrantes, e informou sobre o projeto de uma Casa de Passagem em Curitiba  
 110 que já está em andamento. **5.3. Relato sobre a Interiorização dos Migrantes Venezuelanos:** A  
 111 Presidente Célia lembrou que, na reunião descentralizada realizada em Pato Branco, propôs a criação de  
 112 uma comissão do CERMA para acompanhar a interiorização dos migrantes Venezuelanos no Paraná e  
 113 que a própria Célia e a Conselheira Ana Sofia foram indicadas para fazer este acompanhamento. Ainda,  
 114 informou que a Conselheira Regina explanaria com mais propriedade sobre a proposta. A Conselheira  
 115 Regina iniciou sua fala explicando que tem se observado uma confusão entre o que diz respeito aos  
 116 fluxos migratórios e ao programa de interiorização dos venezuelanos, uma vez que, ao falar do processo  
 117 de interiorização, se faz referência não à migração espontânea, mas a uma ação proposta e formalizada  
 118 pelo Governo Federal, que chegou à SEJU em fevereiro deste ano através de um ofício da Casa Civil da  
 119 Presidência da República, que portava um pedido explícito de apoio ao referido programa. A partir do  
 120 recebimento deste ofício e, por entender ser esta uma ação absolutamente necessária na área de direitos  
 121 humanos, a SEJU iniciou a mobilização para o atendimento. Primeiramente, foi proposta a criação de um  
 122 Comitê Estadual, à exemplo da criação no âmbito nacional do Comitê Federal de Assistência  
 123 Emergencial, voltado especificamente para o acolhimento, atendimento e acompanhamento dos  
 124 migrantes venezuelanos que viriam para o Estado do Paraná por meio do processo de interiorização. As  
 125 ações seriam desenvolvidas em conjunto com o Comitê Federal, composto por treze Ministérios, com os  
 126 Governos Federal, Estadual e Municipal, com a Sociedade Civil Organizada e instituições internacionais,  
 127 em especial o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados – ACNUR, e a Organização  
 128 Internacional para as Migração – OIM. Ao se buscar formas de criar este Comitê Estadual, foi  
 129 mencionada pela Conselheira Tamara a possibilidade de instituí-lo via CERMA, uma vez que além de  
 130 fortalecer o Conselho e este ser um órgão respeitado e efetivo dentro da política para refugiados, evitaria  
 131 a criação de mais um colegiado para tratar a mesma temática. Em reunião com a mesa diretora do  
 132 CERMA, Regina sugeriu a criação de uma Comissão temporária e específica voltada para a interiorização  
 133 dos migrantes venezuelanos, sendo atendidas, assim, a solicitação da União e a responsabilidade do  
 134 Paraná com a questão da interiorização. A Presidente Célia retomou que na reunião de Pato Branco esta  
 135 possibilidade foi colocada ao Conselho, porém, como a interiorização foi feita através de um programa  
 136 privado, entendeu-se que não era cabível a criação desta Comissão, sendo estabelecido que dois  
 137 representantes do Conselho, um da Sociedade Civil e um do Poder Público, as Conselheiras Ana Sofia  
 138 Guerra e Célia Baptista, respectivamente, fariam o acompanhamento. Todavia, como o CERMA já realiza  
 139 o acompanhamento, não seria necessário o envolvimento aprofundado das Conselheiras. A Conselheira  
 140 Regina apontou que, com a criação ou não do Comitê, o acompanhamento continuará a ser feito e se,

16

141 posteriormente, surgir a necessidade de criação da Comissão, esta posição será reavaliada. A  
142 Conselheira Ana Sofia informou que no dia seguinte seria realizada uma reunião do Conselho de Direitos  
143 Humanos, do Conselho Regional de Psicologia – CRP, que contará com a presença do psicólogo da  
144 Cáritas e o objetivo é que o Núcleo de Psicologia e Migração do CRP visite e acompanhe o trabalho da  
145 psicologia dentro do programa. A Conselheira Regina declarou que a ideia do Comitê surgiu justamente  
146 para articular e concentrar as ações e esforços institucionais feitos pelas Universidades, CRP, CERMA e  
147 outros órgãos. O Conselheiro Cesar questionou se, em nível nacional, o acompanhamento está sendo  
148 feito apenas pelos Ministérios ou se existe outra instituição com esta tarefa, como, por exemplo, o  
149 Ministério Público Federal – MPF. A Conselheira Regina reiterou que o Comitê é composto por treze  
150 Ministérios mas possui a participação direta da OIM e ACNUR. O Conselheiro César sugeriu que, no  
151 Estado do Paraná, o acompanhamento tivesse participação da DPE-PR e MPPR e como estas instituição  
152 não possuem assento formal no Conselho, sugeriu o envio de um convite formal para compor a  
153 Comissão. A Conselheira Regina lembrou que o Conselho deliberou por não criar esta Comissão  
154 específica, mas designou duas Conselheiras para fazer um acompanhamento mais próximo possível dos  
155 processos da interiorização. A Presidente Célia informou que a Cáritas já está realizando todo o  
156 acompanhamento necessário, não havendo a necessidade de uma Comissão. A Conselheira Regina  
157 apontou que, das ações desenvolvidas pela Cáritas, uma é relacionada à interiorização e a outra não, e  
158 que uma questão é o CERMA acompanhar os programas da Cáritas e outra é o Conselho pensar um  
159 plano de ação de interiorização de migrantes venezuelanos para o Estado do Paraná, que deve ser  
160 pensado de forma ampliada com a participação de outras instituições, como proposto pelo Conselheiro  
161 Cesar. Em seguida, declarou que as falas possuíam o sentido de fazer um esclarecimento solicitado pela  
162 Presidente sobre a proposta de criação da Comissão e sugeriu que, se vier ao caso, o ponto seja  
163 pautado em outra reunião do Conselho. A Presidente Célia apontou que, o governador ao assumir a  
164 gestão do Estado do Paraná no próximo ano, poderá abraçar a causa e que não está excluída a  
165 possibilidade de criar a Comissão. A Professora Tatyana Friedrich apontou a importância de o CERMA  
166 estar presente no processo de interiorização dos migrantes venezuelanos no Estado do Paraná, relatou  
167 que a Sala 28, na Faculdade de Direito da UFPR, recebeu algumas denúncias anônimas sobre a  
168 interiorização no município de Goioerê que estão sendo encaminhadas para os órgãos governamentais  
169 concernentes e destacou que é fundamental que o CERMA, enquanto Conselho Estadual, se atente para  
170 os direitos destas pessoas. Também, se colocou, junto ao Professor Antônio Peres Gediél, para auxiliar  
171 nos abrigos, dentro do que for possível e couber à Universidade Federal do Paraná. A Conselheira  
172 Lucimar lembrou que no Conselho existe a representação de várias políticas, relatou que a SEDS já  
173 possui um relatório da situação e afirmou que cabe a cada representante das políticas provocar para  
174 saber qual é a situação em suas Secretarias e relatar ao Conselho, para que se pense em um processo  
175 mais humanizado possível. O Conselheiro Cesar perguntou sobre como está se dando o



**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU**  
**DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC**  
**Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR**

21  
22  
23

176 acompanhamento da DPE-PR e do MPPR em relação especificamente ao processo de Goioerê. Isabella  
177 Traub relatou que o MPPR, no final do mês de setembro, iniciou um procedimento para acompanhar a  
178 interiorização, principalmente o caso de Goioerê, por ser o primeiro município a receber os migrantes. O  
179 Promotor da cidade fez uma vistoria no centro de acolhimento no dia 02 de outubro, Isabella se dispôs a  
180 viabilizar aos presentes o relatório da visita e informou que neste constam que foram recebidas 60  
181 pessoas, alojadas em 10 casas, que, em um primeiro momento, tiveram acesso a alimentos, que foram  
182 se escasseando até chegar ao ponto de que estes migrantes ficaram sem comida e água por três dias,  
183 em meados de setembro; até uma igreja local arrecadar junto à comunidade alimentos que perduravam  
184 até a visita do Promotor e que durariam por mais quinze dias, quando a orientação do centro era de que  
185 estes deveriam durar o período de um mês. Também, os migrantes venezuelanos relataram que a  
186 comunidade estava doando roupas, calçados, brinquedos e todos os objetos necessários, mas que  
187 acreditavam que as doações não estavam chegando ao abrigo, pois tudo o que chegava estava em  
188 péssimo estado e não poderia ser utilizado. Os migrantes também questionaram sobre os recursos  
189 disponíveis, pois outros municípios que receberam migrantes, a ONU destinou uma verba para cada  
190 refugiado e que até o momento eles nada haviam recebido. Ainda, relataram que permanecerão na casa  
191 de acolhimento até o fim de dezembro, quando se encerra o contrato, e que a ONG Aldeias Infantis SOS  
192 tentará uma renovação por mais seis meses de contrato, mas ainda não foi confirmado. Finalizados os  
193 três meses do contrato, os migrantes serão, em seus termos, emancipados para construir suas vidas,  
194 porém, nem todos conseguiram trabalho e, provavelmente, não conseguirão neste período até dezembro,  
195 não se sabendo como ficarão os destinos destas pessoas. A Presidente Célia questionou qual o  
196 encaminhamento do MPPR neste sentido. Isabella informou que o CAOP de Direitos Humanos instalou  
197 um procedimento administrativo para analisar todas as ações da ONG em relação aos migrantes e a  
198 forma como a ONG e todas as instituições envolvidas estão tratando a situação. Também, relatou que a  
199 parceria em Goioerê existe entre a ONG Aldeias Infantis SOS e o ACNUR e que o MPPR irá buscar saber  
200 se o Comissariado foi informado sobre a forma como o programa está sendo gerido e se estão cientes  
201 das violações ocorridas e, após ser estabelecido um panorama da realidade, o MPPR atuar  
202 concretamente para a resolução do problema. A Conselheira Dircinha relatou que existiu um contato  
203 direto entre o responsável em Goioerê e o Núcleo Regional de Educação e que a Coordenação de  
204 Educação para Jovens e Adultos visitou o local onde os migrantes estão alojados e realizaram um  
205 levantamento no que diz respeito à escolaridade dos venezuelanos, resultando no fato de que todas as  
206 pessoas que poderiam ser inseridas imediatamente no Sistema de Ensino, o foram. Como os adultos  
207 possuem uma curva de aprendizado diferente e o reaproveitamento de conhecimento que poderia ser  
208 feito tinha o entrave da comunicação, foram abertas turmas de língua portuguesa para não falantes, mas  
209 a matrícula dos adultos já está programada para fevereiro. Em seguida, informou que o Núcleo Regional  
210 de Curitiba ainda não foi contatado para desenvolver estas ações e questionou quem seria o responsável

24

211 na Capital que deve contatar o Núcleo, para que este possa visitar o centro na Vila Fanny e traçar o perfil  
212 de escolaridade e desenvolver um plano para a matrícula destes migrantes. A Conselheira Elizete  
213 informou que a Cáritas é a responsável em Curitiba, que a Conselheira Márcia Ponce é a coordenadora  
214 geral do programa e que Ana Paula é a coordenadora da casa na Vila Fanny. Também, relatou que todos  
215 os migrantes já foram cadastrados no CRAS e que receberam, inclusive, tratamento na área da saúde.  
216 João Guilherme garantiu que as necessidades de educação estão sendo atendidas. A Conselheira  
217 Dircinha destacou que o CEIM deve averiguar esta necessidade. A Conselheira Regina retomou que a  
218 SEJU atuará nesse processo fazendo uma articulação junto ao Governo Federal. No âmbito do Estado,  
219 as ações realizadas são: o apoio aos entes públicos, apoio às iniciativas das entidades, como a Cáritas,  
220 além disso, o atendimento feito pelo CEIM, estes são os trabalhos realizados para interiorização.  
221 Explicitou os dados do fluxo migratório dos venezuelanos e da interiorização aos Conselheiros, entre os  
222 anos de 2017 e 2018 entraram pela fronteira de Pacaraima, 176 mil e 259 venezuelanos, destes, 99 mil  
223 já saíram do país. Hoje, de acordo com a Polícia Federal, de 2015 até o dia 10 de outubro, 85 mil  
224 venezuelanos procuraram a PF, na cidade de Roraima, solicitando regularização. Destes, 54 mil  
225 solicitaram refúgio, 18 mil solicitaram residência e 12 mil já estavam com agendamento marcado. Regina  
226 mostrou, também, uma tabela com informações que cerca de 2 mil 761 pessoas já foram interiorizadas  
227 até outubro de 2018. Curitiba recebeu 90 venezuelanos, 9 para reunificação familiar e 61 pessoas foram  
228 para a cidade de Goioerê. Foi informado que ainda no mês de outubro chegarão mais 30 venezuelanos,  
229 estes irão para a Casa de Acolhimento, pela interiorização. Todas essas tratativas foram feitas entre o  
230 Governo Federal, a ACNUR e a Aldeias SOS, sem nenhuma previsão e participação estatal, porém isso  
231 não isenta o Estado de acompanhar e fiscalizar. A Conselheira Elizete citou que há um grupo de  
232 venezuelanos que irá para Santa Catarina, sendo acompanhado pela Cáritas PR. O Conselheiro Cesar  
233 sugeriu que o Conselho faça uma diligência ou visita à Casa de Acolhimento, de Curitiba, para realizar  
234 uma reunião levantando as demandas que são recebidas e, também, o mesmo deve ser feito na cidade  
235 de Goioerê, visto que o CERMA é um Conselho Estadual e tem a possibilidade de mobilizar os núcleos  
236 regionais e outras entidades para fazer o acompanhamento dos trabalhos. A Conselheira Andressa, citou  
237 que haverá um encontro promovido pela RedeMir nos dias 5, 6 e 7 de novembro, em Brasília, com  
238 participantes do Governo Federal e foi sugerido pela irmã Rosita que as demandas do Estado,  
239 relacionados ao processo de interiorização, fossem levadas e apresentadas aos representantes dos  
240 órgãos responsáveis. Todos concordaram com a iniciativa de levar as informações no evento. Regina  
241 tomou a palavra, discorreu que o Sul do Brasil está com a maior interiorização em relação a outros  
242 Estados. Este panorama está um tanto quanto desordenado, em decorrência de urgência e emergência  
243 da situação. O desafio é unir os esforços entre as entidades e entes públicos para organizar as ações da  
244 melhor maneira possível. A Conselheira Elizete discorreu sobre a dificuldade em organizar a estrutura da  
245 Casa de Acolhimento, inesperadamente, para receber 90 venezuelanos de maneira que respeite seus



**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU**  
**DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC**  
**Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR**

29  
30  
31

246 direitos e dignidade, visto que saíram de uma situação complicada e negativa de seu país para chegarem  
 247 a um lugar desconhecido e, portanto, são vários os fatores que devem ser averiguados, principalmente a  
 248 saúde mental e física. Discorreu, também, que é necessário um apoio psicológico maior, pois o grupo de  
 249 profissionais é muito pequeno para atender a demanda. Regina reiterou a fala do Conselheiro Cesar, que  
 250 é função principal do Conselho acompanhar, monitorar a execução das políticas públicas que são  
 251 deliberadas pelos próprios Conselhos. Portanto, diligências e visitas técnicas não são com o intuito de  
 252 flagrar algo, mas sim uma função do Conselho, independentemente de chegar denúncias ou não. A  
 253 Conselheira Deusa fez um adendo em relação a este assunto, citando que a assistente social Adriana, da  
 254 Cáritas, está bastante envolvida com o projeto e com o diagnóstico das demandas da população  
 255 venezuelana, inclusive o MP enviou um georreferenciamento dos serviços para que os venezuelanos  
 256 pudessem ocupar espaços em Curitiba e Região Metropolitana, onde os serviços como o CRAS e postos  
 257 de saúde sejam próximos a eles. Concordou com o planejamento e organização das demandas para  
 258 absorver e fazer os encaminhamentos necessários. Concluiu questionando quem é o responsável por  
 259 estas políticas na cidade de Goioerê e recomendou que o Conselho se preocupe com esta questão. Célia  
 260 tomou a palavra concordando com a Conselheira, sugeriu para o ano de 2019 determinar duas pessoas  
 261 para fazer visitas constantes nas casas de acolhimento e propôs que o Conselho visite Goioerê o mais  
 262 breve possível para averiguar a situação. César sugeriu como encaminhamento a expedição de um  
 263 ofício, pela Secretaria Geral do CERMA, para a administração da Casa de Acolhimento de Curitiba  
 264 solicitando uma reunião com representantes das principais secretarias que atuam no Conselho, para  
 265 fazer o levantamento das demandas. E, também, fazer o mesmo procedimento na cidade de Goioerê  
 266 ainda este ano, visto que foi constatado violação dos direitos humanos e esta situação não pode esperar,  
 267 devendo ser averiguado o quanto antes. A Conselheira Deusa Favero se propôs fazer uma visita, em  
 268 nome do Conselho, na Casa de Acolhimento de Goioerê acompanhada da Conselheira Andressa e do  
 269 Conselheiro Emerson, com intuito de levantar dados relevantes e assertivos para a situação em questão.  
 270 A professora Fátima discorreu que a visita é importante, mas as políticas são executadas pelos  
 271 municípios, portanto não é possível o Estado assumir tudo. Sugeriu que na reunião do dia 13 de  
 272 novembro, seja convidado uma representação do Poder Público de Goioerê para saber como o Município  
 273 está encaminhando as demandas do ponto de vista das Secretarias que possuem. Destacou que esta  
 274 articulação é importante para fazer os encaminhamentos, se houver necessidade. Todos concordaram  
 275 com o encaminhamento da professora Fátima. Para esta reunião não houve representação da Polícia  
 276 Federal. João Guilherme apontou que, como a Cáritas já faz parte do Conselho, o repasse de  
 277 informações ao CERMA é facilitado, o que possibilitou a resolução de problemas mais rapidamente,  
 278 enquanto que a Aldeias Infantis SOS de Goioerê, por não possuir ligação com o Conselho, a  
 279 aproximação e trocas de informações a respeito dos venezuelanos é mais complicada, e que a falta de  
 280 comunicação ocorre nas duas vias, tanto por parte CERMA quanto da ONG. A Conselheira Lucimar

32



281 solicitou que o CERMA encaminhe com antecedência um e-mail aos Escritórios Regionais da SESA e da  
282 SEDS, informando-os sobre as visitas e convidando-os a participar. O Conselheiro Cesar sugeriu que as  
283 visitas ocorridas no interior sejam acompanhadas também pelas entidades da Sociedade Civil. A  
284 Conselheira Deusa informou que o objetivo inicial da visita é elaborar um diagnóstico da situação e que o  
285 tempo é muito escasso para que se articule uma agenda para atender todas as entidades e Secretarias  
286 que compõem o Conselho. A Conselheira Ana Sofia se pôs à disposição para, uma vez que tenha sido  
287 organizado o cronograma, acompanhar as visitas representando o CRP. Também, acrescentou que as  
288 situações de Goioerê e de Curitiba são muito diversas, pois, na primeira, existe uma denúncia a ser  
289 averiguada e, a segunda, caracterizaria uma visita técnica. O Conselheiro Cesar declarou que, se não for  
290 possível o CERMA realizar um encaminhamento até a reunião do dia 13 de novembro, o CRP se colocará  
291 junto ao MPPR à disposição para realizar o acompanhamento da situação sob o ponto de vista da  
292 psicologia, de forma a averiguar o mais depressa possível essa denúncia de violação grave dos direitos  
293 humanos. A Presidente Célia pôs em votação ao Conselho a proposta que, inicialmente, se deslocassem  
294 ao município de Goioerê apenas as duas Conselheiras que se prontificaram juntamente ao órgão  
295 municipais de assistência ou se seria formada uma comitiva maior, incluindo as entidades que compõem  
296 o CERMA. A Conselheira Regina lembrou que o conselho tem a prerrogativa de realizar esse tipo de  
297 diligência e acrescentou que não vê necessidade de se excluir o Conselheiros que têm interesse em  
298 participar. Ainda, lembrou que o Estado, apesar não realizar diretamente alguns serviços, ainda é  
299 responsável pela execução das políticas. A Conselheira Deusa reiterou que as datas das visitas serão  
300 agendadas e repassadas ao Conselho e participam os representantes das Secretarias e entidades que  
301 puderem se deslocar nas datas. A Conselheira Elizete sugeriu que ficassem incumbidas da visita as  
302 Cáritas de Londrina e Maringá e o CRP, existindo a possibilidade de mais alguma entidade ou alguma  
303 Secretaria comparecer, se puder. A proposta da Conselheira Elizete foi aprovada pelo Conselho. A  
304 Conselheira Deusa lembrou da importância de que os Escritórios Regionais participem e voltou a  
305 destacar a importância dos repasses para a visita e que sejam realizados via Secretaria Executiva do  
306 CERMA. A Professora Tatyana informou que foi revogada, pela Portaria Interministerial 16, de 03 de  
307 outubro de 2018, a exigência do exame Celpe-Bras para a naturalização de migrantes e refugiados,  
308 passando a ser necessária a comprovação da capacidade de comunicação em língua portuguesa.  
309 Também, relatou que os centros de língua e Universidades poderão emitir o certificado, que em Curitiba  
310 será emitido pelo Centro de Línguas e Interculturalidade da UFPR (CELIN). Ainda, informou que agora os  
311 Bancos são obrigados a realizar a abertura de contas para refugiados, mesmo que estes ainda não  
312 possuam o Registro Nacional de Estrangeiro – RNE. Por fim, informou que um total de três mil haitianos  
313 receberam a residência por acolhida humanitária. Maria Teresa solicitou que fossem respondidas as  
314 fichas cadastrais encaminhadas pelo CEIM. O Conselheiro Cesar solicitou que a Secretaria Geral  
315 oficiasse a casa que faz o acolhimento dos migrantes em Curitiba, solicitando uma reunião para que o



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU  
DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA – DEDIHC  
Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR

37  
38  
39

316 CERMA possa realizar a visita. Também, apontou que, como a visita será em Curitiba, é importante que  
317 todos os representantes do CERMA radicados na Capital do Estado compareçam, especialmente os  
318 representantes das Secretarias de Estado. A Conselheira Fátima informou que as coordenadoras da casa  
319 e do projeto seriam contatadas para determinar o melhor dia e horário para a realização da visita.  
320 Também, sugeriu que o CAOP de Direitos Humanos acompanhasse a visita a Goioerê. Isabella informou  
321 que a atuação do CAOP não pode interferir na atuação do Promotor da Comarca e que averiguaria a  
322 possibilidade de o Centro de Apoio acompanhar a visita. Victor Hugo declarou que o promotor que visitou  
323 Goioerê esteve presente na reunião pública do CAOP sobre migrantes e refugiados, sendo sensibilizado  
324 à causa. A Conselheira Fátima relatou que a SEJU tem comparecido às reuniões constantemente com o  
325 Ministério Público do Trabalho – MPT, para acompanhar a situação de emprego e renda dos migrantes  
326 venezuelanos. Nesta reunião, os dados sobre escolaridade das pessoas que estão no abrigo foram  
327 apresentados pela SEED e o CEIM, em parceria com a Agência do Trabalhador, apresentou um  
328 mapeamento das vagas de emprego e da situação laboral desses migrantes. Por fim, sugeriu que as  
329 Secretarias de Estado que têm realizado um acompanhamento mais próximo fossem convidadas a  
330 comparecer a uma reunião do CERMA para explicar sobre as situações de Curitiba e Goioerê. A  
331 Conselheira Elizete informou que a defensora Cristiane realizou uma palestra aos migrantes alojados em  
332 Curitiba sobre a temática do trabalho. João Guilherme informou que a Comissão de Direitos Humanos da  
333 Assembleia Legislativa do Paraná também visitará o abrigo. Maria Teresa lembrou o quão desafiadora a  
334 situação é para os profissionais que trabalham na casa. **5. Atualização da Polícia Federal/PR:** Devido à  
335 ausência de um representante da Polícia Federal, este ponto não foi contemplado. **6. Encerramento:**  
336 Sem mais a ser tratado, a Presidente Célia encerrou a reunião. A presente Ata foi lavrada por Geisiele  
337 Mazza Ribeiro, Karen Gabriela dos Santos Silva e Maria Eduarda Bacellar, da Divisão de Apoio aos  
338 Conselhos do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania – DAC/DEDIHC e, após sua aprovação,  
339 será anexada uma cópia da lista de presença assinada pelos presentes nesta reunião.